



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU**

QUADRO GERAL DO VALOR ESTIMADO

Item	Tipo de Serviço	Unidade de Serviço	Quantidade a contratar	Valor unitário do serviço	Valor total do serviço mensal	Valor total do serviço anual	Valor total do serviço 36 meses
2	Prestação de Serviço de Copeira - 44h	posto	1	R\$ 3.515,59	R\$ 3.515,59	R\$ 42.187,04	R\$ 126.561,12



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Paracuru

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Discriminação dos Serviços		
A	Data da elaboração da proposta	
B	Município	Paracuru/Ce
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CE000092/2022
D	Nº de meses de execução contratual	36

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Copeira	Posto	1

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeira
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.262,14
4	Faixa	1º Faixa
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Copeira
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/22

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.262,14
B	Adicional Periculosidade		R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade		R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		R\$ 0,00
G	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 1.262,14

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 105,14
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 152,72
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	R\$ 257,86

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 304,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 38,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) = RAT AJUSTADO (FAP X RAT)	3,00%	R\$ 45,60
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 22,80
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,20
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,12
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,04
H	FGTS	8,00%	R\$ 121,60
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	R\$ 559,36

Base de Cálculo do Submódulo 2.2 = Total do Módulo 1 + Total Submódulo 2.1

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	R\$ 480,46
C	Assistência Médica e Familiar	-	R\$ 0,00
D	Cesta Básica	-	R\$ 88,04
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ 568,50

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 257,86
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 559,36
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 568,50
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ 1.385,71

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,15%	R\$ 1,94
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 0,50

C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	1,46%	R\$ 18,43
D	Aviso Prévio Trabalho	0,65%	R\$ 8,16
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalho	0,24%	R\$ 3,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalho.	2,54%	R\$ 32,06
TOTAL DO MÓDULO 3		5,07%	R\$ 64,09

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 11,74
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 3,53
C	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,25
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,38
E	Afastamento Maternidade	0,00%	R\$ 0,00
F	Ausência por doença	1,66%	R\$ 20,95
Subtotal		2,92%	R\$ 36,85
Incidência do submódulo 2.2		1,07%	R\$ 13,56
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,99%	R\$ 50,41

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ 0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 50,41
4.2	Intra jornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 50,41

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	R\$ 42,29
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos	-	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ 42,29

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 84,14
B	Lucro	6,79%	R\$ 196,15
C	TRIBUTOS	12,25%	
C.1	PIS	1,65%	R\$ 58,01
C.2	COFINS	7,60%	R\$ 267,18
C.3	ISS	3,00%	R\$ 105,47
TOTAL DO MÓDULO 6		22,04%	R\$ 710,95

a)	Tributos % = To =	12,25%
	100	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$ 3.084,93
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$ 3.515,59
Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ 430,66

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.262,14
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 1.385,71
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 64,09
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 50,41
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 42,29
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 2.804,64
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 710,95
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 3.515,59
PREÇO TOTAL MENSAL		R\$ 3.515,59
PREÇO TOTAL ANUAL		R\$ 42.187,04
PREÇO TOTAL 36 MESES		R\$ 126.561,12



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

VALE TRANSPORTE				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.6% s/s	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Não haverá fornecimento de vale transporte				
VALE ALIMENTAÇÃO				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
21	R\$ 23,11	R\$ 485,31	R\$ 0,23	R\$ 480,46
Dias úteis segundo o TCU = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário - pag.15)				
CESTA BÁSICA -				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	R\$ 88,04	R\$ 88,04		R\$ 88,04
Valor conforme convenção coletiva de trabalho CCT CE 000092/2022				



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

CUSTO DOS UNIFORMES

Item 2 - Prestação de Serviço Copeira				
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VR UNT	VR TOTAL
Calças comprida ou saia, em tecido a escolher, na cor a combinar	unid	2	R\$ 86,79	R\$ 173,58
Camisa de manga curta, em tecido a escolher, na cor preta, botões frontais e gola estilo camisa	unid	2	R\$ 32,01	R\$ 64,02
Avental em plástico resistente, na cor branca, com tiras no pescoço e nas laterais para amarrar	unid	2	R\$ 23,82	R\$ 47,64
Touca copalcozinha em rendinha com aba, na cor a combinar	unid	3	R\$ 15,03	R\$ 45,09
Pares de sapato social antiderrapante, sem salto e confortável, na cor preta	unid	2	R\$ 75,63	R\$ 151,26
Pares de meias soquete fina, na cor preta	unid	2	R\$ 10,43	R\$ 20,86
Crachá com foto e identificação	unid	1	R\$ 5,04	R\$ 5,04
CUSTO ANUAL POR POSTO				R\$ 507,49
CUSTO MENSAL POR POSTO				R\$ 42,29

MEMÓRIA DE CÁLCULO E NOTA EXPLICATIVAS À PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO					
Item da Planilha	Descrição	Fundamentação Legal	Percentual	Memória de cálculo	Notas Explicativas
2.1 A	13º Salário	Art. 7º, VIII, CF/88	8,33%	$(1/12) \times 100$	Percentual estimado conforme orientações da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG e seus anexos, como também compatível com a utilização da sistemática de conta-vinculada.
2.1.B	Férias e Adicional de Férias	Art. 7º, XVII, CF/88	12,10%	$((1/11) \times 100 = 9,09\% \times 9,075\% \text{ e } [(1/3) \times (1/11)] \times 100 = 3,03\% = 3,025\%$	Conforme orientações da IN 05/2017 e seus anexos. Percentual adequado a sistemática de conta vinculada.
2.2 A	INSS	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91	20,00%		Percentual fixado em legislação.
2.2 B	Salário Educação	Art 212, § 5º da CF e Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82	2,50%		Percentual fixado em legislação.
2.2 C	SAT = RAT AJUSTADO (SAT X FAP)	SAT - Art. 202, Decreto nº 3048/99. RAT - Inciso II, art 22, Lei 8.212/91. FAP - Decreto 6.957/2009.	3,00%		RAT é o risco de acidente de trabalho e FAP é o fator acidentário de Prevenção. RAT reajustado = RAT x FAP (ambos informados na GFIP). O RAT varia de 1 a 3% variando de acordo com o risco de acidente de trabalho (leve/médio e grave). O FAP consiste em um multiplicador variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerando o arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado sobre a alíquota de 1%, 2% ou 3%. Nesse sentido, as alíquotas do RAT serão reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% em razão do desempenho da empresa em relação a sua respectiva atividade, aferida pelo FAP. Para a presente licitação foi considerado a alíquota máxima para o RAT abrangendo assim todos os tipos de empresa. Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88. O licitante deverá comprovar seu RAT através da apresentação de Relatório Fap/WEB ou GFIP no momento de envio das propostas.
2.2 D	SESI/SESC	Art. 30, Lei 8.036/90	1,50%		Percentual fixado em legislação.
2.2 E	SENAI/SENAC	Decreto Lei nº 6.246/44 SENAI e Decreto Lei nº 8.621/46 (SENAC)	1,00%		Percentual fixado em legislação.
2.2 F	SEBRAE	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90	0,60%		Percentual fixado em legislação.
2.2 G	INCRA	Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70	0,20%		Percentual fixado em legislação.
2.2 H	FGTS	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF	8,00%		Percentual fixado em legislação.
3. A	Aviso Prévio Indenizado	Art 7º, XXI da CF/88 e § 1º do art. 477 e 487 da CLT.	0,15%	$((1/12) \times 5,55\%) \times 100$	Custa 30 (trinta) dias de trabalho. É calculado considerando a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. No estudo supracitado, foi considerado que 5,55% de empregados demitidos não trabalham durante o aviso prévio. Fundamento: estudo realizado pelo STF sobre fixação de percentual máximo para encargos na terceirização de mão de obra que foi utilizado no acórdão TCU nº 1904/2007.
3. B	FGTS s/ aviso prévio indenizado		0,04%	$(8\% \times 0,46\%) \times 100$	Alíquota de FGTS 8% x 0,46% percentual do Aviso prévio Indenizado.
3. C	Multa do FGTS S/ Aviso Indenizado	Lai nº 8.36/90 e Decreto nº 99.684/90	1,46%	$(4\% \times 36,40\%) \times 100$	Foi utilizado o Percentual 4% do Anexo XII da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG - Conta Vinculada - Item Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado. Esta percentual deve ser rateado nos itens 3.C e 3.F do Módulo 3 - Provisão para rescisões da planilha de formação de custo. Este Percentual foi recentemente alterado de 5% para 4% por conta do art. 12 da lei nº 13.932 de 11/12/2019, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Este percentual de 4% foi rateado conforme IN 05/2017, considerando 36,40% dos empregados são demitidos na modalidade aviso prévio indenizado. (Percentual adequado para 36 meses de contratação).
3. D	Aviso Prévio Trabalhado	Art. 7º, XXI, CF/88 e parágrafo único do Art. 488 CLT	0,65%	$[(1/30) \times 7] / 12$	Percentual estimado conforme Acórdão 1.904/2007 TCU Plenário. É o valor repassado para pagar o funcionário enquanto este não trabalha durante o período de aviso prévio. Apesar de não haver lei complementar para disciplinar essa matéria, a doutrina e a jurisprudência aconselham que o funcionário seja avisado de sua dispensa e, a partir de então, ele passa a receber seu último salário referente a 30 dias de serviço, dos quais 7 ele tem direito a ausentar-se do trabalho para ter tempo de procurar por outro emprego ou, se preferir, trabalhar 2 horas a menos por dia durante o período de 30 dias. Neste tempo em que o empregado não presta serviço, a Contratada terá de pagar, ao mesmo tempo, o funcionário que está saindo mais aquele que está entrando no posto e, por isso, há de constar esse item da planilha de custos. (Percentual adequado para 36 meses de contratação).
3. E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	$(36,8\% \times 1,94\%) \times 100$	Alíquota de encargos 36,80% x 1,94% percentual do Aviso prévio Indenizado.
3. F	Multa do FGTS S/ Aviso trabalhado	Lai nº 8.36/90 e Decreto nº 99.684/90	2,54%	$(4\% \times 44,57\%) \times 100$	Foi utilizado o Percentual 4% do Anexo XII da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG - Conta Vinculada - Item Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado. Esta percentual deve ser rateado nos itens 3.C e 3.F do Módulo 3 - Provisão para rescisões da planilha de formação de custo. Este Percentual foi recentemente alterado de 5% para 4% por conta do art. 12 da lei nº 13.932 de 11/12/2019, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Este percentual de 4% foi rateado conforme IN 05/2017, considerando 44,57% dos empregados são demitidos na modalidade aviso prévio trabalhado.
4.1 A	Férias e Adicional de férias (1/3)	Art. 7º, XVII, CF/88	0,93%	$[(1+1/3)/12/12]$	Provisão de férias proporcionais ao período em que o empregado substituto ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em Lei. Fundamento: IN nº 05/2017.
4.1 B	Ausências Legais	arts. 473 e 83 da CLT	0,28%	$[(1/30)/12] \times 100$	Acórdão 6771/2009 TCU Plenário. Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelo art. 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo). De acordo com dados estatísticos do IBGE, cada empregado falta um dia por ano, a esse título. Nesse caso a provisão será de: $[(1/30)/12] \times 100 = 0,28\%$.
4.1 C	Licença paternidade	art. 7º, inciso XIX, da CF/88	0,02%	$((5/30)/12) \times 1,5\% \times 100 = 0,02\%$ Caso a empresa seja cadastrada no Programa Empresa Cidadã: $(20/30/12) \times 1,5\% = 0,08\%$	Concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Caso a pessoa jurídica seja cadastrada no Programa Empresa Cidadã, disciplinado pela Lei 11.770/2008, poderá prorrogar por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade além dos 5 (cinco) dias previstos na Constituição Federal (a empresa deverá comprovar).
4.1 D	Ausência por acidente de trabalho	Lei nº 6.367/76 e art. 473 da CLT	0,03%	$[(15/30)/12] \times 0,78\% \times 100$	O empregador assume o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT (art. 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84). Tomando como base dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, estima-se que 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.
4.1 E	Afastamento maternidade	Art. 7º, Inciso XVIII da CF/88 e Art.392 da CL	0,00%		Benefício devido a pessoa que se afasta de sua atividade, por motivo de nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. Lei nº 8.213/1991, Art. 72, § 3º: "ônus suportado pelo INSS. A remuneração que seria paga à beneficiária do afastamento maternidade (titular) é utilizado para pagar o substituto. Portanto, não há esse custo para a empresa.
4.1 F	Ausência por doença	CLT Art.131 inciso III, art.201 inciso I e art.476	1,66%	$[(5,96/30)/12] \times 100$	Percentual estimado conforme Manual de orientações para preenchimento da planilha de custo e formação de preço do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação 2011. Ausença por Doença: 5,96 dias/ano IBGE.
4.2 A	Intervalo para Repouso ou Alimentação			Não haverá intervalo intrajornada.	O intervalo intrajornada é concedido em razão do disposto no artigo 71 da CLT, que dispõe ser obrigatória a concessão de um intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso, quando a jornada de trabalho exceder de seis horas. O § 4º do referido preceito estabelece o pagamento do período concernente ao intervalo não concedido com o acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.
6. A	Custos Indiretos	Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG/SEGES	x%	Determinado pela empresa	São os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como as despesas relativas a: funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; supervisão de serviços; seguros. Alíquota de 3% dentro do limite previstos dos Cadernos Técnicos/2019/SEGES para contratação de limpeza e conservação no estado do Ceará.
6. B	Lucro	Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG/SEGES	x%	Determinado pela empresa	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica. O lucro é calculado mediante incidência de um percentual sobre o faturamento. Para fins de legislação do imposto de renda o lucro pode ser real, presumido ou arbitrado. Alíquota de 6,79% dentro do limite previstos dos Cadernos Técnicos/2019/SEGES para contratação de limpeza e conservação no estado do Ceará.
6. C.1	PIS	Art. 195, inciso I da CF/88 e LC 07/1970	1,65%	Alíquota de 1,65%.	Com intuito de viabilizar a participação de todos os tipos de empresas, seja as que seguem regime Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, optou-se em utilizar na planilha de formação de custo as maiores alíquotas para PIS e COFINS, no caso 1,65% e 7,60%, pertencente a regime de Lucro Real (não cumulativo). Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88.
6. C.2	COFINS	Art. 239 da CF/88 e Leis Complementar 70/1991	7,60%	Alíquota de 7,60% .	Com intuito de viabilizar a participação de todos os tipos de empresas, seja as que seguem regime Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, optou-se em utilizar na planilha de formação de custo as maiores alíquotas para PIS e COFINS, no caso 1,65% e 7,60% , pertencente a regime de Lucro Real (não cumulativo). Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88.
6. C.3	ISS	Código Tributário do Município de Paracuru Lei nº 977/05.	3,00%	Alíquota de 3%	Percentual fixado em legislação. Alíquota de Serviço de Copeira - 3%.